Governos tentam regular produção jornalística, diz SIP

Para presidente da entidade, países da América Latina fazem cerco à imprensa sob o argumento de se tratar de serviço de utilidade pública

Cláudia Trevisan
ENVIADA ESPECIAL / DENVER

O cerceamento à livre expressão na América Latina é imposto cada vez mais sob o princípio da "utilidade pública", que equipara a produção jornalística a um serviço que deve ser regulado pelo Estado, afirmou ontem o presidente da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP), Jaime Mantilla, durante a 69.ª Assembleia Geral da entidade, em Denver nos Estados Unidos.

Segundo ele, a "novidade" converte uma imprensa "independente, plural e livre" em um "serviço público" que deve ser controlado pelo governo.

Mantilla, que é equatoriano, encerra hoje o seu mandato à frente da entidade. Ele disse que a mais recente manifestação dessa tendência é justamente a Lei de Comunicação do Equador, que submete a produção jornalística à supervisão do Estado, permitindo a censura e a interferência oficial no conteúdo de notícias.

Na avaliação do presidente da SIP, a lei, aprovada em junho, representa "o mais grave retrocesso das liberdades na América" e serve de inspiração a outros governos da região inclinados a impor controles semelhantes sobre a imprensa.

Na Argentina, o conceito de "utilidade pública" está sendo usado pelo governo de Cristina Kirchner para justificar seu projeto de estatizar a produção de papel jornal, que colocaria sob controle do governo a fabricação e distribuição de um insumo essencial da imprensa.

Mantilla lamentou o fato de que os cidadãos latino-americanos não tenham reagido aos ataques contra a liberdade de imprensa na região registrado em anos recentes, por meio da imposição de controles à atuação de jornalistas e à veiculação de notícias.

A "asfixiante" propaganda oficial, a concessão de subsídios ou benefícios econômicos a setores da população e certos grupos empresariais, segundo ele, tornam mais remota a possibilidade de que cidadãos comuns se manifestem contra as crescentes restrições, ponderou Mantilla.

O presidente da SIP ressaltou que situação se deteriorou ainda mais em outros países da região, em especial Argentina e Venezuela, mas também na Nicarágua, Bolívia e Panamá. Em todos, afirmou, há uma ofensiva para cercear a liberdade de imprensa, calar opositores e ampliar a influência dos detentores do poder a todas as instituições, incluindo o Judiciário.

A SIP também criticou o movimento liderado por Bolívia, Equador, Nicarágua e Venezuela de "destruir" o Sistema Interamericano de Direitos Humanos, em especial a comissão que se dedica a relatar casos de violação à liberdade de imprensa e de expressão.

No dia 10 de setembro, a Venezuela anunciou sua saída do organismo multilateral, sob o argumento de que ele representa os interesses do imperialismo americano e do sistema capitalista. "A imprensa do continente tem suportado um tremendo ataque sem que a cidadania tenha reagido como esperávamos", observou Mantilla.

Segundo ele, parte significativa dos equatorianos apoia a Lei de Comunicação, mesmo sem supostamente conhecê-la.

Mandato. O presidente da SIP conclui hoje seu mandato de um ano frente à entidade. Ele será substituído pela americana Elizabeth Ballantine, do jornal The Durango Herald, do Colorado. Atual vice-presidente da entidade, Ballantine terá também um mandato de um ano.

A SIP também elegeu ontem 20 dos 60 integrantes do conselho da entidade. A cada ano, um terço dos integrantes é renovado e assumem com mandatos de três anos. A assembleia será encerrada hoje, com a aprovação dos relatórios sobre cada país.

Assembleia debate legalização da maconha nos EUA

● A legalização da produção e comercialização da maconha nos Estados americanos de Colorado e Washington pode ser um modelo para movimentos semelhantes na América Latina, segundo participantes de painel sobre o assunto realizado ontem na Assembleia Geral da Sociedade Interamericana de Imprensa, em Denver. Pela legislação aprovada em dezembro de 2012, a produção doméstica e o consumo de maconha já são permitidos no Colorado. Roberto Rock, do jornal mexicano *El Universal*, lembrou que 60% das mortes no continente americano estão relacionadas à questão das drogas. Segundo Ethan Nadelmann, da Drug Policy Alliance, a legalização da maconha poderá reduzir de maneira significativa a violência na região.

● **Cidadania**

"A imprensa do continente tem suportado um tremendo ataque sem que a cidadania tenha reagido como esperávamos"
Jaime Mantilla
PRESIDENTE DA SOCIEDADE INTERAMERICANA DE IMPRENSA (SIP)

EFE

Retrocesso. Mantilla conclui mandato na SIP denunciando ofensiva contra livre expressão

Jornalista promete novas revelações

DENVER

Trabalhar em conjunto com veículos de diferentes países é a estratégia do jornalista americano Glenn Greenwald para ampliar o impacto da divulgação dos documentos sobre o sistema de espionagem dos Estados Unidos entregues a ele pelo ex-técnico da Agência Nacional de Segurança americana (NSA) Edward Snowden. O mais recente reflexo dessa orientação foi a publicação ontem de informações sobre a atuação da NSA na França, fruto de colaboração de Greenwald com o jornal *Le Monde*.

"Muitas outras reportagens virão", afirmou o jornalista em videoconferência realizada ontem durante a Assembleia Geral da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP), em Denver, nos Estados Unidos.

Greenwald lembrou que a tática já havia sido utilizada no Brasil, quando ele se associou à TV Globo para divulgar os documentos que revelavam o monitoramento de comunicações da presidente Dilma Rousseff pela NSA. "A estratégia é publicar as informações onde elas tenham mais impacto."

Falando do Rio de Janeiro, o jornalista americano disse que os documentos em seu poder revelam uma ação indiscriminada da NSA na coleta de dados em todo o mundo. Entre os documentos que ele ainda deve divulgar estão os que mostram a atuação da agência em países da América Latina, como Argentina, Venezuela, Colômbia e Paraguai.

Em sua avaliação, é necessário combater a tendência recente de criminalizar o jornalismo, que se manifestou em seu próprio caso e na ofensiva do governo Barack Obama de iniciar mais processos contra fontes oficiais que vazam informações do que todas as administrações anteriores dos Estados Unidos. / C. T.

Fonte: O Estado de S. Paulo, São Paulo, 22 out. 2013, Primeiro Caderno, p. A8.